
Introdução à gramaticalização. Princípios teóricos e aplicação
de GONÇALVES, S. C. L., LIMA-HERNANDES, M. C. e CASSEB-GALVÃO, V.
C. (orgs.)

São Paulo: Parábola Editorial, 2007. 206 p.

Bruno Maroneze
Doutorando – USP.
maronezebruno@yahoo.com.br

A área de estudos linguísticos conhecida como “gramaticalização” vem se constituindo num importante campo de estudos da Linguística contemporânea, em especial a Linguística Histórica. Não é exagero afirmar que a gramaticalização é, atualmente, o paradigma dominante nos estudos de (morfos)sintaxe diacrônica. Sendo assim, muitas dissertações e teses têm sido escritas sobre o tema em nossas universidades, e o número de obras publicadas sobre o assunto vem crescendo. É nesse contexto que se insere a obra “Introdução à gramaticalização”, organizada por Sebastião Carlos Leite Gonçalves, Maria Célia Lima-Hernandes e Vânia Cristina Casseb-Galvão e contando com a colaboração de outros quatro pesquisadores, todos eles linguistas discípulos de Maria Luiza Braga, pioneira nos estudos de gramaticalização em português brasileiro, a quem o livro constitui uma homenagem.

A obra é organizada em quatro capítulos, precedidos por um prefácio assinado por Maria Marta Pereira Scherre, que presta homenagem a Maria Luiza Braga num estilo que brinca com diversas expressões gramaticalizadas que serão objeto de análise no decorrer da obra. Cada um dos capítulos termina por uma síntese dos tópicos abordados. Os quatro capítulos são seguidos por uma bibliografia

comentada, que apresenta obras clássicas, coletâneas e obras brasileiras sobre o tema.

O primeiro capítulo, assinado pelos três organizadores e por Cristina dos Santos Carvalho, intitula-se “Tratado geral sobre gramaticalização”. A gramaticalização é descrita como um dos fenômenos de mudança linguística mais comuns, podendo ser vista como um paradigma ou um processo, e ainda sob as perspectivas sincrônica e diacrônica (p. 16). O conceito inicial de gramaticalização é descrito à p. 16: “[. . .] a gramaticalização se instaura no momento em que uma unidade linguística começa a adquirir propriedades de formas gramaticais ou, se já possui estatuto gramatical, tem sua gramaticalidade ampliada”. À p. 17, os autores distinguem *unidade lexical* e *unidade gramatical*, enfatizando que não se trata de categorias discretas, mas prototípicas.

Em seguida, na segunda seção do capítulo, traça-se um breve histórico do conceito, remontando-o à China do século X e, mais contemporaneamente, a Meillet e a estudiosos alemães e norte-americanos. Dois pontos são centrais em todos esses autores: a distinção entre itens lexicais e gramaticais e a consideração de que os últimos derivam-se dos primeiros (p. 19). Às pp. 21 a 27 são descritas contribuições de vários autores ao concei-

to de gramaticalização, iniciando com Meillet, que considerava que, numa perspectiva diacrônica, palavras gramaticais podem surgir de palavras lexicais e, sincronicamente, as formas gramatical e lexical de uma palavra podem conviver simultaneamente (pp. 21-22). Essa noção é ampliada por Kurilowicz, com a ideia de que palavras menos gramaticais podem se tornar mais gramaticais. Isso leva à formulação de *clines* ou escalas de mudança, muito comuns em estudos de cunho funcionalista (como o de Hopper & Traugott, mostrado à p. 22, ou o de Givón, mostrado à p. 23). A introdução do nível do discurso nos estudos de gramaticalização é atribuída a Givón (1979) (pp. 24-27), e a Traugott se atribui a tendência recente de abordar a mudança semântica envolvida na gramaticalização (p. 26). Ao final dessa seção, os autores não deixam de mencionar a contribuição de Castilho (2002), que questiona o conceito de gramaticalização buscando inseri-lo numa concepção multissistêmica da língua.

A seção 3 do primeiro capítulo é dedicada a discutir o estatuto teórico da gramaticalização. Após uma discussão inicial sobre se é possível considerar a gramaticalização como uma teoria ou como um processo (pp. 27-31), abordam-se os estágios da mudança (pp. 31-34), baseando-se principalmente em Lehmann (1994), acrescidos de uma seção sobre a redução fonológica (pp. 34-36), ausente do modelo desse autor. À p. 37 se encontra um quadro-síntese dos mecanismos atuantes.

O item 3.2 do primeiro capítulo traz discussões sobre três importantes questões teóricas: o princípio da unidirecionalidade, os mecanismos e as motivações da gramaticalização. A unidirecionalidade é a ideia de que a gramaticalização se dá do item lexical para o gramatical, e nunca o contrário. Pode ser vista como uma hipótese ou como uma propriedade definitória da gramaticalização (p. 38). Por

se tratar de uma afirmação bastante forte, é objeto de uma importante revisão teórica, inclusive com a apresentação das críticas a esse conceito (pp. 38-42). Chama a atenção a ideia de Braga, segundo a qual a unidirecionalidade é “um recurso analítico que permite organizar e melhor compreender os diversos usos associados a determinada forma” (p. 41). Continuam os autores: “Metaforicamente falando, a unidirecionalidade seria o bisturi que recorta um tipo específico de mudança, a que promove o rebaixamento de categoria de um elemento, rumo a uma estrutura mais gramatical, e nunca o contrário” (p. 41). O que parece estar em discussão aí, embora os autores não deixem isso explícito, é que a unidirecionalidade pode ser vista como um critério teórico-metodológico definidor da gramaticalização.

Em relação aos mecanismos da gramaticalização, são apontadas a metáfora (pp. 42-46) e a metonímia (pp. 46-48), que têm sido tratadas por muitas teorias como princípios subjacentes à linguagem como um todo e ao pensamento de modo geral; e entre as motivações da gramaticalização estão a analogia, a reanálise e as relações icônicas (pp. 49-52), fenômenos também muito tratados por várias teorias recentes. Em relação à analogia, merece comentário o seguinte trecho: “Se considerado apenas o eixo sintagmático, a analogia propicia o surgimento de formas não situáveis no sistema linguístico. Assim, itens analisáveis sobre o prisma da analogia *não são criações gramaticais*, mas resultados de extensão de regras operantes na língua” (pp. 49-50, grifos nossos). Seria importante deixar claro o que se entende por “formas não situáveis no sistema linguístico”, já que muitas teorias (inclusive o próprio Saussure) colocam a analogia como um dos processos fundamentais do sistema linguístico.

Em seguida, há ainda uma breve seção que trata da gramaticalização de orações (pp. 52-58).

Finalizando o capítulo, os autores dedicam algumas páginas a discutir se a gramaticalização deve ou não ser considerada uma teoria (pp. 58-65). São trazidas contribuições de autores favoráveis e contrários à gramaticalização, com destaque para as ideias de Castilho (2006). Os autores concluem que a gramaticalização deve ser mais bem entendida como um conjunto de princípios, e não como uma teoria.

O segundo capítulo da obra, assinado por Sebastião Carlos Leite Gonçalves e Cristina dos Santos Carvalho, tem o objetivo (explicitado à p. 68) de apresentar critérios de identificação do grau de gramaticalização de itens lexicais (seção 2) e de orações (seção 3). Na identificação da gramaticalização de itens lexicais, são trazidas as contribuições de dois teóricos: Lehmann (1982) e Hopper (1991). Lehmann constrói sua teoria a partir da combinação dos aspectos peso, coesão e variabilidade com os eixos sintagmático e paradigmático, resultando num total de seis parâmetros de gramaticalização (pp. 70-78). Além da clareza na explicitação dos parâmetros, é importante destacar que os autores não se contentam em apenas apresentar a teoria, mas a exemplificam por meio de um fenômeno de gramaticalização do português brasileiro: as perífrases aspectuais com verbos como começar, botar, pegar, pôr etc. O outro autor apresentado, Hopper (1991), preocupado mais com os estágios iniciais da gramaticalização, apresenta cinco parâmetros, exemplificados na obra com outro fenômeno do português brasileiro: a transformação da forma a gente em pronome pessoal, concorrendo com nós. Por fim, para encerrar o segundo capítulo, apresentam-se critérios para a gramaticalização de orações (pp. 85-89), baseados em Lehmann (1988), que serão retomadas no final do capítulo seguinte.

O terceiro capítulo é o mais longo e sem dúvida o grande diferencial da obra. Intitula-se

“Estudos de caso”, justamente por apresentar diversos estudos sobre fenômenos de gramaticalização específicos no português brasileiro. Como cada fenômeno foi analisado por autores diferentes, o capítulo é assinado por seis co-autores: Sebastião Carlos Leite Gonçalves, Sanderléia Roberta Longhin-Thomazi, Maria Célia Lima-Hernandes, Nilza Barrozo Dias, Angélica Terezinha Carmo Rodrigues e Cristina dos Santos Carvalho.

Após uma rápida introdução, a seção 2 do capítulo dedica-se ao estudo da gramaticalização de três conjunções do português: logo, assim e porém (pp. 92-102). A seção 3 é dedicada à gramaticalização de construções, tema que já havia sido mencionado no capítulo 1 e que agora recebe uma exemplificação muito esclarecedora (pp. 103-133). Duas construções são abordadas: a construção quer dizer e as construções do tipo foi fez, ambas muito frequentes no português. A seção 4, a última do capítulo, trata da gramaticalização de orações: as orações com verbos causativos e perceptivos (pp. 133-144) e as orações indicativas de tempo (pp. 145-156). São retomados alguns conceitos já abordados no capítulo 1 que dão suporte às análises, em especial as distinções entre parataxe, hipotaxe e subordinação e seus respectivos níveis de integração. Em todas as análises do capítulo, a exemplificação com textos de diversos momentos históricos sem dúvida é um ponto forte a ser destacado.

O quarto e último capítulo, assinado por Vânia Cristina Casseb-Galvão e Maria Célia Lima-Hernandes, é uma incursão no campo do ensino de língua portuguesa. Seu objetivo é apresentar uma proposta de como trabalhar conceitos de gramaticalização no Ensino Médio. No entanto, a contribuição maior do capítulo parece ser, na verdade, o estabelecimento de critérios metodológicos para a pesquisa em gramaticalização: às pp. 163-179 encontram-se

importantíssimas reflexões a respeito de métodos da sociolinguística, da constituição do *corpus*, da seleção dos dados e outros conceitos que devem ser abordados por qualquer pesquisador que queira se dedicar ao estudo da gramaticalização.

O ensino é mais especificamente abordado às pp. 179-195, onde, após uma descrição de construções com achar e parecer, são analisados três livros didáticos para verificar como eles tratam esses dois verbos e, em seguida, faz-se uma nova proposta levando-se em consideração os conceitos da gramaticalização. Essa é sem dúvida uma contribuição inédita, que poderia ter sido enriquecida com uma maior discussão a respeito da importância do ensino da reflexão sobre a língua, que tem sido deixada de lado em favor do ensino de produção de texto.

Em resumo, devem ser destacados os muitos pontos positivos da obra:

- a) a relevância do tema abordado na Linguística contemporânea;
- b) a clareza do tratamento das questões teóricas;
- c) a repetição de conceitos-chave em mais de um capítulo, que, se por um lado evidencia o caráter plural da autoria da obra, por outro contribui ainda mais para tornar a linguagem acessível;
- d) o destaque para a análise de fenômenos do português brasileiro, com farta exemplificação.

Em virtude dessas e de outras características, a obra “Introdução à gramaticalização” traz, sem dúvida, uma importante contribuição aos estudos linguísticos no Brasil. As (poucas) ressalvas aqui traçadas evidenciam que, como todo trabalho científico, essa obra não está isenta de críticas, mas sim contribui para incitar os debates sobre a mudança linguística no âmbito da morfossintaxe.